

37º Encontro Anual da ANPOCS

ST38-Vitimização: políticas de moralidade e gramáticas emocionais

Vítimas ou autores? Percepções sobre a juventude e o tráfico em um conjunto de favelas "pacificadas" no Rio de Janeiro

Raquel Brum Fernandes

Vítimas ou autores? Percepções sobre a juventude e o tráfico em um conjunto de favelas "pacificadas" no Rio de Janeiro

Raquel Brum Fernandes¹

Introdução

Em 19 de dezembro de 2008 o Governo do Estado do Rio de Janeiro inaugurou a primeira das Unidades de Polícia Pacificadora, naquele momento ainda chamada de Companhia de Policiamento Comunitário, na favela Santa Marta, em Botafogo. Na época da inauguração, apesar do caráter experimental do projeto, o governo já explicava que os policiais atuariam permanentemente na comunidade e que seriam treinados na área de policiamento comunitário. Apesar disso, o decreto que criou as UPPs na Polícia Militar do Rio de Janeiro só ocorreu em janeiro de 2009, dois meses após o início da ocupação no Santa Marta. De acordo com o texto publicado, as UPPs seriam criadas “para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes”. Já o chamado “programa de pacificação” só foi efetivamente sistematizado através do decreto 42.787 de 2011. Segundo este, os objetivos seriam: “a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico”. Em sequência ao Santa Marta, foram inauguradas unidades na Cidade de Deus e no Jardim Batan, e até junho de 2013 já existiam trinta e cinco UPPs em diversos territórios favelizados da cidade do Rio de Janeiro.

Sem pretender o fim do tráfico de drogas nas favelas, já que isto não seria possível através de políticas e policiamentos de cunho apenas local, pode-se afirmar que o propósito do programa de “pacificação” seria desestabilizar o comando traficante da região, enfraquecê-lo, especialmente através de prisões,

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

apreensões de drogas e armas e da “fuga” de seus principais líderes. Na verdade, é um procedimento comum do governo informar qual será a próxima favela ocupada, com o objetivo de evitar confrontos armados durante a entrada dos policiais. Após a ocupação permanente e instalação da unidade de polícia, o tráfico local permaneceria sufocado já que o controle territorial exercido através, principalmente, do amedrontamento da população não seria mais possível devido à presença dos policiais. O trecho abaixo, retirado do site oficial das UPPs na internet, resume de forma clara o contexto que o programa busca promover:

Os bandidos, sem território de dominação, ficam fragilizados, facilitando sua captura. A participação da comunidade é essencial, pois ela normalmente conhece os traficantes e seus esconderijos. As denúncias das comunidades têm sido de grande valia para a prisão de bandidos e apreensões de armas, drogas e produtos ilegais escondidos. A presença ininterrupta da polícia tem sido essencial para que as comunidades se integrem ao restante da cidade formal.²

Com a garantia da segurança, a oferta de serviços diversos poderia ser reestabelecida nas favelas. Órgãos públicos, companhias de saneamento urbano, empresas e outras instituições em geral poderiam passar a atender os moradores, garantindo melhorias em diversas áreas como saúde, educação, moradias, geração de renda, entre outras. De acordo com o secretário de segurança, José Mariano Beltrame:

O que nós estamos fazendo aqui nada mais é do que buscar, permitir, atender as pessoas que estão aqui como as que estão lá embaixo. Que antes existia um discurso cínico do Estado dizendo: “eu não posso botar uma professora lá no Vidigal porque o tráfico não deixa. Eu não posso abrir uma creche porque o tráfico não deixa, vou ter que pedir licença. Então agora isso não existe mais.”³

Dessa forma, o programa de “pacificação” promoveria o retorno do

2 Disponível em: www.upprj.com

3 Idem

Estado às comunidades não apenas na ocupação territorial pela polícia, mas também através da instalação de equipamentos públicos de assistência e da realização obras de urbanização, por exemplo. Na verdade, o governo estadual desenvolveu diversas parcerias e criou políticas públicas que pudessem cumprir esse lado “social” da “pacificação”. Alianças com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, com o Sistema FIRJAN⁴ e a criação do programa UPP Social, em 2010, destacam-se nesse contexto.

Desenvolvido no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, o programa UPP Social teria como proposta a atuação de forma conjunta à política de segurança pública. A metodologia de ação empregada consistiria essencialmente em uma inserção das equipes nos territórios, o que as possibilitaria acessar as principais lideranças locais, assim como instituições públicas, privadas e comunitárias atuantes na região. Através da realização de fóruns e reuniões, seria possível a integração com as demandas levantadas pelos representantes e moradores presentes, valorizando as diversas falas e tomando conhecimento também de dados e diagnósticos já realizados sobre as condições de vida na comunidade. A articulação da oferta de serviços com as demandas encontradas, promovendo a entrada ou potencialização no território da instituição responsável por atender tais necessidades, consistiria no objetivo final do programa. Com a ampliação dos serviços e a consequente melhoria das condições de vida nas favelas, o contexto de discrepância entre estas e o resto da cidade seria reduzido. Nas palavras dos criadores da UPP Social:

[...]a UPP Social foi desenhada para dar sustentabilidade à pacificação, promover a cidadania e o desenvolvimento socioeconômico nessas áreas e finalmente contribuir para efetivar a integração dessas áreas ao conjunto da cidade. Desta forma, a UPP Social foi concebida para se encerrar uma vez que a pacificação esteja consolidada e a situação de exceção que caracteriza o território tenha sido superada. Em outras palavras, o “alvo” final que se pretende atingir é que uma favela estará pronta para funcionar como qualquer outro bairro da cidade -

4 O sistema FIRJAN é formado pelas organizações FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, CIRJ - Centro Industrial do Rio de Janeiro, SESI - Serviço Social da Indústria, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e IEL - Instituto Euvaldo Lodi. A parceria com o governo estadual gerou a criação do programa SESI Cidadania.

mesmo que um bairro mais pobre que seu entorno - quando a redução do efetivo policial não resultar na volta de gangues armadas que vão controlar a vida da coletividade. (HENRIQUES;RAMOS, 2011, p.245)

Pode-se perceber a compreensão de que o desenvolvimento de outras áreas do contexto de vida nas favelas, além da segurança, é parte fundamental da “pacificação”, sendo considerado condição para seu êxito. Com a redução da vulnerabilidade experimentada pela ausência do Estado em suas múltiplas formas, o ambiente propício à dominação por grupos traficantes deixaria de existir, visto que as comunidades se tornariam mais assistidas e fortalecidas. Somente assim a “pacificação” estaria completa.

Em novembro de 2011, tornei-me gestora do programa UPP Social, que após um remanejamento político de boa parte de seus criadores para a administração municipal, passou a se chamar, no âmbito do governo estadual, programa Territórios da Paz. Minha equipe assumiu o trabalho no complexo de favelas “pacificadas” dos bairros do Andaraí e Grajaú, popularmente conhecidas como “Complexo do Andaraí” ou apenas “Andaraí”⁵. O Territórios da Paz seguiu os princípios fundadores da UPP Social, embora progressivamente tenha se direcionado, tanto por sua coordenação quanto pelas equipes em campo, ao desenvolvimento de projetos de mobilização e organização comunitária em diferentes temáticas. O objetivo passou a ser principalmente que se formassem ou fortalecessem lideranças e grupos representativos das comunidades, os quais pudessem acessar diretamente os órgãos públicos e empresas para discutir e negociar a melhoria da oferta de serviços. De acordo com Daniel Misse, antigo coordenador do programa:

As equipes de gestão social são alocadas nos territórios sem trazer qualquer proposta e sem realizar um fórum local. A ideia é observar as reuniões locais e mapear as redes existentes para fortalecê-las e, desta maneira, buscar o protagonismo social. Há ainda o fato relevante de que há um certo receio em se chegar em uma comunidade acenando com serviços, pois isso poderia gerar uma demanda não existente na localidade e promover,

5 Neste trabalho, utilizei a nomenclatura “Complexo do Andaraí /Grajaú”, destacando os dois bairros compreendidos pela região, de acordo com o que é defendido por boa parte dos moradores das favelas localizadas no Grajaú.

consequentemente, uma inflação de demandas de difícil resolução por parte do Estado, sempre com suas limitações orçamentárias. (MISSE, 2012, p.11e 12)

Quando iniciamos o trabalho, a UPP Andaraí tinha apenas seis meses de inaugurada. É importante destacar que o Complexo do Andaraí/Grajaú reúne seis comunidades distintas, localizadas nos dois bairros mencionados, totalizando uma estimativa de 25 mil moradores. São elas: Morro do Andaraí, Jamelão, Juscelino Kubitschek ou Caçapava, João Paulo II ou Sá Viana, Nova Divinéia e Vila Rica ou Borda do Mato. Todas possuem associações de moradores instituídas e atuantes na articulação das favelas com o poder público. Dessa forma, logo após a instalação da UPP, os moradores tentavam ainda compreender as especificidades do funcionamento da unidade, especialmente no que diz respeito à suas atribuições na administração do território. As associações de moradores tentavam assegurar sua importância e papel e não deixavam de comparecer às reuniões com o comando da UPP e com outros representantes do governo, reforçando sempre sua tradição e conhecimento das demandas socioeconômicas locais. Por esse motivo, não enfrentamos dificuldades em nossa inserção no campo, pois através dos presidentes e outras lideranças ligadas às associações, pudemos conhecer os primeiros grupos de moradores. Na verdade, fomos recebidas dentro do “pacote” de políticas públicas que eram esperadas no território a partir da entrada da UPP, em relação as quais os moradores, e também as lideranças comunitárias, já nutriam certas expectativas.

Ainda em nossos primeiros dias de trabalho pudemos discutir com vários moradores algumas das principais necessidades da região, enfatizando que não era nosso objetivo simplesmente transmitir tais necessidades ao poder público, mas conhecê-las de forma mais qualificada e apoiar as lideranças que se propunham a articulá-las. Em tal processo, que já se estende por quase dois anos, fomos apresentadas a diversos contextos considerados problemáticos e carentes pelos moradores das seis comunidades do complexo. Questões relativas ao abastecimento de água, à coleta de lixo, ao relacionamento cotidiano dos moradores com os policiais da UPP, à organização do comércio

dentro das favelas, entre muitos outros. Uma temática, entretanto, destaca-se na medida em que é apresentada pelos moradores como a principal condição para o sucesso do processo de “pacificação” ou seu maior empecilho: as trajetórias de vida da juventude local. A maioria dos moradores e agentes públicos da região que conheço defendem a instalação de “projetos sociais” voltados para os jovens, que ofertem principalmente cursos profissionalizantes e supletivos, mas também atividades artísticas, esportivas e de lazer. Já alguns outros moradores apresentam opiniões diferenciadas, acreditando que os jovens não estão dispostos a participar dessas atividades e que seus interesses estão predominantemente relacionados ao tráfico, seus valores e costumes.

O proposta deste trabalho é justamente analisar como essas diferentes perspectivas em relação à juventude local são construídas no discurso de moradores do Complexo do Andaraí/Grajaú. Defendo que elas são produto de ênfases distintas na análise que os moradores fazem da relação dos jovens com as contingências sociais que experimentam. De um lado, uma concepção vitimizadora valoriza as carências financeiras, educacionais e familiares que podem ser experimentadas, associadas às seduções exercidas pelas organizações traficantes e aos conflitos psicológicos que seriam próprios da juventude. De outro, uma percepção que culpabiliza os jovens por suas más escolhas, destacando sua volição e os interesses reprováveis que a norteiam. Os depoimentos reproduzidos aqui não são provenientes de entrevistas e sim falas espontâneas de moradores em reuniões comunitárias, conselhos deliberativos e conversas informais com a equipe local do programa Territórios da Paz. Uma pequena contextualização das falas acompanhará suas reproduções.

1- “Os jovens precisam de projetos”- Perspectivas vitimizadoras da juventude

As pessoas vão perceber que é melhor estar ao nosso lado. Elas precisam ter outros exemplos além do traficante, além da ostensividade das armas. É preciso fazer essa concorrência para dar outra expectativa, em especial, para a juventude. Isso é

uma obrigação do Estado, da prefeitura, da sociedade, das organizações não governamentais (ONGs), que com propostas fortes, podem ajudar a mudar esse comportamento das pessoas. Seja na Rocinha, seja em qualquer lugar do país. *Secretário José Mariano Beltrame, na inauguração da UPP Rocinha. (NADDEO,2012)*

O trecho acima evidencia como a juventude também aparece como grupo central para os processos de “pacificação” na perspectiva do governo. Como já demonstrei, a “pacificação” não pressupõe apenas a ocupação policial das favelas, mas uma “retomada” do controle territorial pelo Estado. Tal “retomada” consistiria, na prática, na expulsão ou captura das lideranças criminosas e na instalação física do “Estado” dentro da comunidade, através da unidade de polícia e da oferta de outros serviços públicos. Sua perspectiva simbólica seria construída por posturas explícitas como o hasteamento das bandeiras nacional e estadual após a ocupação, a colagem de pôsteres da UPP por cima de pichações dos comandos traficantes, a proibição de bailes funks, e principalmente pela ampla divulgação midiática (e conseqüente afirmação) de tal “reconquista”. Fica claro que o Estado se instala em oposição direta ao “governo” traficante, definindo de forma evidente, principalmente através dos aspectos simbólicos, a “época da polícia” (na fala dos moradores) ou “do Estado” (na fala de representantes do governo e policiais) em detrimento à “época do tráfico”. Embora esta última seja constantemente mencionada como passada, encerrada, até mesmo na fala dos moradores das comunidades, isso não significa que a organização criminosa não continue atuando de forma adaptada e exercendo controle e influências no território. Na verdade, como ficou claro no depoimento de Beltrame citado acima, os próprios responsáveis pelo programa das UPPs, tão dedicados à divulgação do sucesso da “retomada”, ainda consideram o tráfico atuante o suficiente para “seduzir” e continuar configurando o “lado” oposto ao da “pacificação”, ao qual alguns moradores permaneceriam “adeptos”. No centro desse contexto de sedução e “reconquista” estaria justamente a juventude favelada. Os depoimentos a seguir, de moradores do Complexo do Andaraí/Grajaú, refletem essa perspectiva:

Eu queria pedir a todos aqui, todos que trabalham com a juventude: Nós precisamos fazer alguma coisa pelos jovens. Os jovens precisam de projetos. Eles ficam aí só esperando o tráfico voltar. *Morador da comunidade Juscelino Kubitschek, em reunião do Conselho Comunitário na UPP Andaraí.*

Hoje eu preferia que os projetos atendessem aos adolescentes, porque eles estão começando a se perder novamente. *Moradora do Morro do Andaraí em conversa com equipe do programa Territórios da Paz.*

É preciso fazer alguma coisa pelos jovens... O tráfico está aí, ele oferece muitas coisas aos jovens. *Morador da comunidade Juscelino Kubitschek em conversa com equipe do programa Territórios da Paz.*

Já se tornou popularmente conhecida a noção de que a vida nas favelas dominadas por traficantes apresenta aos jovens um universo de desfechos trágicos e ao mesmo tempo oportunidades de status e ascensão social. A fala do morador retratada acima de que o tráfico “oferece muitas coisas aos jovens” exemplifica bem esse raciocínio. Dinheiro, armas, mulheres e poder são alguns dos elementos que construiriam o prestígio das lideranças do tráfico, sendo desfilados em tanto maior proporção quanto forem seus cargos no movimento. Segundo Silvia Ramos, a partir de entrevistas e grupos focais realizados com moradores de diferentes favelas da cidade:

As relações entre, de um lado, “conseguir meninas”, “ser assediado por garotas bonitas”, “ser olhado, reconhecido, desejado” e, de outro, “usar armas”, “ser do tráfico”, “virar bandido” foram mencionadas sem exceção por jovens de projeto, rapazes ou moças, traficantes e lideranças. Mesmo quando este ponto não estava em nosso roteiro prévio. (2011:50)

Ao mesmo tempo em que conviveriam com inúmeros colegas, vizinhos e parentes participantes da estrutura do tráfico, os jovens não teriam, muitas vezes, condições financeiras de acompanhar a crescente oferta de itens de consumo socialmente valorizados. Poderiam ter, ainda, famílias

desestruturadas, que não proporcionariam o suporte e a educação necessários para os filhos resistirem ao apelo das oportunidades de renda e destaque social aparentemente “fáceis”. A esse cenário de sedução exercido pelo tráfico, acrescenta-se a evasão escolar de boa parte dos jovens, que deixariam de receber os valores e princípios pertinentes à socialização no sistema de ensino formal, além de não completarem a formação educacional necessária para uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho. Estariam resumidas assim, algumas das versões que compõem recorrentemente o painel explicativo acionado tanto por moradores das próprias favelas quanto por intelectuais e representantes do governo na construção da vulnerabilidade desses jovens e utilizado muitas vezes para tentar explicar as “causas” de seu envolvimento com o mundo do crime (PICCOLO, 2010; RAMOS, 2011; SENTO-SÉ e COELHO, 2011).

Tal reflexão tem incitado, já há vários anos, o desenvolvimento de iniciativas que buscam “orientar” ou auxiliar os jovens pobres na construção de trajetórias biográficas consideradas legítimas. Dentro de tal contexto surgiram os “projetos sociais”, os quais multiplicaram-se pelas áreas carentes da cidade (especialmente favelas e que possuem maior atenção midiática) objetivando oferecer “outras expectativas” e perspectivas de vida aos jovens locais. A expressão popularizou-se em referência a diferentes organizações, de variados caracteres, proporções e objetivos específicos (NOVAES, 2006), embora todos os “projetos sociais” sejam assim chamados por terem em comum o propósito de promover alguma transformação social em relação aos determinismos socioeconômicos das áreas pobres. Alguns projetos foram criados por pessoas das comunidades, outros por empresas ou ONGs e outros são políticas públicas de governo, além daqueles que são realizados através de “parcerias” entre alguns ou todos esses. De qualquer forma, essas organizações passaram progressivamente (e em diferentes proporções de acordo com a localidade) a fazer parte do cenário cotidiano das favelas, atuando nas atividades de articulação comunitária, tanto entre os próprios moradores quanto em relação a órgãos públicos e outras instituições. Algumas autoras (NOVAES, 2006; RAMOS, 2006; COELHO e DURÃO, 2011) já destacaram essa função mediadora que muitos projetos assumem, embora em temáticas e proporções

diferentes. De acordo com Regina Novaes:

Para aqueles que têm acesso, os projetos podem contribuir para a supressão de certas marcas de exclusão pelo aumento da escolaridade, da capacitação profissional, da consciência étnica, de gênero, de pertencimento local comunitário. Os projetos sociais tornaram-se pontes para um determinado tipo de inclusão social de jovens moradores de certas áreas marcadas pela pobreza e pela violência das cidades. Com eles, uma parcela dos jovens pode inventar novas maneiras de sociabilidade e integração societária que resultem em determinadas modalidades de inclusão. (2006: 113 E 114)

Embora noções relativas à afirmação étnica e territorial, assim como a denúncia de abusos e negação da cidadania aos moradores de favelas estejam constantemente figurando como bandeira discursiva de muitos “projetos sociais”, é o tema da inclusão social através do trabalho que parece fomentar a maioria das iniciativas, tanto as que oferecem atividades artísticas, quanto esportivas ou principalmente, cursos profissionalizantes. O trecho a seguir ressalta como a perspectiva de inclusão pelo trabalho inscreve-se no propósito de oferecer aos jovens uma trajetória alternativa às limitações e “seduções” ilícitas que se apresentariam a eles:

Inúmeras ações foram estabelecidas, visando, em muitos casos, à incorporação dos adolescentes e jovens ao mercado de trabalho, do qual se encontram formalmente excluídos, visto os altos índices de desemprego, não trabalho e trabalho informal verificados para esses segmentos (Quiroga, 2002). Visando a essa inserção são postas em prática políticas de capacitação, mediante uma série de programas que, para sua execução e seu financiamento, envolvem diversos organismos locais, nacionais e internacionais. Na descrição dos objetivos dessas ações, costuma-se salientar o desejo de solucionar o que seria uma das causas da violência urbana: a desocupação da juventude pobre, não escolarizada – fato que contribuiria para a reprodução de sua condição social. (PICCOLO, 2010: 112)

Dessa forma, pode-se perceber uma concepção de que o trabalho opõe-se diretamente ao desempenho de atividades ilegítimas, as quais seriam

fomentadas pela desocupação da juventude (CARDOSO, 2008). É importante destacar que a perspectiva de trabalho nesse contexto não se restringe ao emprego formal, embora este seja muito valorizado enquanto objetivo final e diversos projetos inclusive encaminhem seus alunos formados ou algum “talento” descoberto à vagas de emprego disponíveis. “Ocupar” o tempo dos jovens através de atividades artísticas, esportivas ou durante o período dos cursos de qualificação profissional já traria benefícios em si, além daqueles experimentados através da arte, da prática de esportes e da posterior inserção no mercado de trabalho. Tanto que existe uma boa quantidade de projetos sociais que oferecem apenas atividades recreativas, entendendo que a simples convivência no espaço saudável de socialização do projeto já diminuiria a exposição dos jovens aos atrativos do tráfico e outras práticas não recomendáveis (PICCOLO, 2010). Além de estarem em um ambiente “protegido”, ao participarem de projetos os jovens teriam sua atenção voltada para atividades construtivas, desenvolveriam seus interesses em relação à práticas lícitas, desde aquelas que são somente de lazer e recreação até as que constituem expectativas de carreiras profissionais.

É nesse contexto que se insere a demanda de muitos moradores por projetos sociais na área de educação e formação profissional para os jovens. Ao terem a expectativa de inserção no mercado de trabalho de forma mais qualificada e dessa forma ocupando melhores cargos, a juventude local teria maior acesso a projetos de futuro reconhecidamente legítimos e um pouco mais atrativos do que os subempregos e “bicos” normalmente disponíveis. Como pode ser observado no depoimento a seguir:

Eu acho que os projetos sociais deveriam se destinar aos jovens. É o mais difícil. E com cursos na comunidade principalmente. *Moradora do Morro do Andaraí em conversa com equipe do programa Territórios da Paz.*

Se de todo jeito o objetivo final não for atingido rapidamente, já que qualificação profissional não significa existência de vagas e obtenção imediata de emprego (NOVAES, 2006; CARDOSO, 2008), ao menos os jovens teriam passado pela vulnerável fase da juventude (ou parte dela) ocupados em

atividades saudáveis, aprendendo a se interessar por formas mais tradicionais de se obter destaque e prestígio social (PICCOLO, 2010). Daí a oposição que pode ser percebida na fala do morador da comunidade Juscelino Kubitschek entre “projetos” (sociais) para os jovens e o fato de ficarem “esperando o tráfico voltar”.

É importante notar que o apelo deste último morador se insere ainda em um outro contexto, peculiar das comunidades que têm recebido UPPs. Nestas, a perspectiva de “ocupar” a juventude tem ganho ainda mais força a partir da percepção de que muitos jovens que possuíam pequenos cargos na organização do tráfico encontram-se agora ociosos. Eles não seriam reconhecidamente “traficantes”, a ponto de terem que se mudar para outras áreas do estado ou serem presos (ou procurados) e também não teriam mais função na reorganização “enxuta” do movimento. Tornaram-se, assim, um grupo a ser “atendido” pelos projetos sociais. Como observa Sílvia Ramos:

Com o surgimento das UPPs, a partir de 2009, a crise do tráfico se acentuou. As duas maiores facções criminais da cidade sofreram fortes abalos. É muito importante compreender as mudanças no cenário do tráfico, porque os processos de “saída” de jovens da rede do tráfico tendem a se intensificar em muitas partes da cidade. Seja porque já não estava valendo a pena e o negócio das drogas havia se tornado pouco lucrativo e perigoso (entre outras razões pela desestruturação dentro das próprias bocas de fumo), seja porque as favelas foram ocupadas por UPPs, e os adolescentes e jovens adultos que trabalhavam na periferia do tráfico ficaram numa condição que muitos moradores, durante a implantação das UPPs Sociais, chamaram de “órfãos do tráfico” (2011:48)

Algumas pesquisas (PICCOLO, 2008, 2010; RAMOS, 2011; SENTO-SÉ e COELHO, 2011) já demonstraram que muitos jovens envolvem-se ocasionalmente com atividades criminosas, realizando, por exemplo, furtos ou pequenos serviços para o tráfico, sem com isso se reconhecerem (ou serem reconhecidos) como membros da criminalidade ou ocuparem algum cargo em organizações traficantes. Dessa forma, a delimitação dos pertencentes a este grupo de “órfãos do tráfico” torna-se imprecisa, já que seria difícil definir de forma clara, em primeiro plano, quem seriam os “filhos” do tráfico. De qualquer

maneira, a fim de enfraquecer progressivamente o domínio ainda exercido pelos movimentos criminosos nas comunidades “pacificadas” e assim garantir a consolidação do processo, a “conquista” desses jovens recém desocupados para o “lado” defendido por Beltrame no depoimento reproduzido no início desta seção, seria ainda mais importante do que a dos demais.

O objetivo de fazer concorrência com os atrativos do tráfico organizado através da oferta de projetos e atividades aos jovens, defendida pelo secretário de segurança e também pelos moradores citados anteriormente, revela uma percepção passiva da juventude. Os jovens seriam os mais afetados pelas limitações econômicas ou afetivas e também os mais pressionados e seduzidos pelo movimento criminoso. Até na própria construção das falas, a juventude aparece como aquele grupo pelo qual deve se fazer alguma coisa e não como o agente de algum processo ou ação. Declarações como: “Nós precisamos fazer alguma coisa pelos jovens”; “É preciso fazer alguma coisa pelos jovens” indicam essa perspectiva passiva, onde a juventude receberá os projetos, as atividades, as alternativas formais de emprego, o estudo, a ocupação. Por mais que as inclinações individuais de cada jovem não sejam totalmente desacreditadas pelos moradores, essa compreensão passiva parece ser produto de uma percepção vitimizadora que valoriza a intensidade das limitações, pressões e seduções sofridas pelos jovens. A condição de vítimas das determinações do meio onde vivem parece ser estabelecida a priori, não sendo muitas vezes levados em consideração os processos de diferenciação que fazem com que alguns jovens efetivamente desenvolvam qualquer tipo de vinculação com o tráfico e outros não. Tanto que a juventude é referida nos depoimentos de forma generalizada, incluindo-se como público-alvo das demandas por projetos sociais tanto aqueles compreendidos como remanescentes ou “órfãos” do tráfico quanto os que possivelmente nunca tiveram nenhum tipo de envolvimento. A possibilidade de se “perderem”, de serem seduzidos pelas “muitas coisas que o tráfico oferece” se apresentaria constantemente a todos os jovens e por isso seriam todos vítimas, de tal forma que se torna necessário educá-los, formá-los, inseri-los em profissões, enfim, seduzi-los por trajetórias saudáveis ou ao menos ocupá-los com atividades lícitas.

2- “A geração perdida”- Perspectivas de culpabilização da juventude

Já há vários anos o imaginário coletivo de senso comum associa diretamente as condições de jovem, favelado e “bandido”, construindo um perfil definido daqueles que seriam os principais autores da violência no Rio de Janeiro (RAMOS e MUSUMECI, 2005). Este perfil não costuma divergir dos estereótipos acionados por órgãos públicos destinados a atuar em relação direta com os agentes da violência, como, em um exemplo óbvio, os grupos policiais, além de equipamentos e projetos de assistência social. A construção e emprego de tal perfil gera estigmatizações generalistas, atribuindo aos jovens moradores de favelas (especialmente homens) de modo geral, ao menos uma “potencialidade criminosa” (RAMOS e MUSUMECI, 2005; NOVAES, 2006). No que diz respeito à polícia, o emprego do “estereótipo criminoso” na relação com jovens pobres insere-se em um contexto popularmente conhecido por suas mazelas e desfechos trágicos, visto que trocas de tiros, perseguições, “esculachos”, homicídios e chacinas fazem parte do histórico de relações entre policiais e traficantes, com vítimas e “autores” em ambos os “lados”. É a partir de tal contexto que podem ser compreendidos os dados apresentados por Silvia Ramos e Leonarda Musumeci (2005) de que são os jovens de baixa renda os que mais consideram a polícia violenta e que mais dizem não confiar nela. É importante destacar que outros elementos além de idade e local de moradia também atuam na definição de um “perfil suspeito”. Gênero (masculino), etnia (negra) e características comportamentais como estilos de roupas, calçados e acessórios, assim como maneiras de andar, falar e se portar e até o estilo musical que se ouve ou canta podem contribuir para a caracterização do “bandido clássico” (RAMOS e MUSUMECI, 2005; PICCOLO, 2008). Como pode ser observado no depoimento abaixo de um comerciante que reclamava da constante presença de policiais em seu estabelecimento, frequentado por muitos jovens:

Os policiais veem os meninos de tênis de marca, ouvindo música alta e acham que já são bandidos. Ele não pensa que às

vezes a mãe trabalhou duro e comprou o tênis de marca para o filho. *Morador do Morro do Andaraí em reunião comunitária.*

Percepções generalistas desfavoráveis da juventude favelada não são, entretanto, demonstradas apenas por policiais ou cidadãos de outros segmentos sociais e regiões da cidade. Alguns moradores do Complexo do Andaraí/Grajaú, ao discutirem a realização de “projetos sociais” ou outras atividades que atenderiam aos jovens locais, afirmam que essas iniciativas seriam inúteis, não obtendo adesão de seu público-alvo. Como pode ser observado nos depoimentos a seguir:

Eu acho que tem que se investir nas crianças. Os jovens não adianta não, eles não querem saber de nada. *Morador da comunidade Juscelino Kubitschek em conversa com equipe do programa Territórios da Paz.*

Tem que trabalhar é com as crianças de 4, 5 anos. Tem que ter projetos para elas. Que aí ainda dá para salvar. Acima disso já não dá mais não, já estão com a cabeça... *Morador do Morro do Andaraí em conversa com a equipe do programa Territórios da Paz.*

Eles (os jovens) só querem saber de festas. Se você fizer uma reunião, um projeto, eles não querem saber. Agora, se fizer um baile... *Morador da comunidade Juscelino Kubitschek em conversa com equipe do programa Territórios da Paz.*

Eu estou há um tempão oferecendo o curso, eles vão aprender fotografia, vão aprender a editar um jornal, mas não aparece ninguém interessado. Eles (os jovens) só querem se for pagar alguma coisa. Só para aprender eles não querem. Eu vou acabar tendo que devolver o dinheiro que recebi para financiar o projeto. *Morador da comunidade João Paulo II em reunião comunitária.*

Pode-se perceber como as declarações a respeito da juventude local não fazem diferenciação entre grupos ou indivíduos. Todos se referem, de forma geral, aos “jovens”, que, de acordo com esses moradores “não querem saber de

nada”, não se interessam. É importante destacar que o “nada” referido aqui diz respeito às atividades consideradas construtivas, proveitosas, como fica clara na oposição feita pelo morador entre a participação juvenil em reuniões e projetos e a participação em bailes e festas. Nessa perspectiva os jovens não estariam interessados em estudar, trabalhar, participar de mobilizações comunitárias em prol de melhorias nas condições de vida, mas somente em diversão e em ganhar dinheiro rápido. O caso do morador que tem o projeto de construção do jornal comunitário é emblemático. A fala dele reproduzida acima, ocorreu em uma reunião que tinha como tema a discussão do contexto de vida das crianças e adolescentes do complexo. Segundo ele, seu projeto estaria com vagas abertas há meses e disponibilizava computadores, máquina fotográfica e um professor de fotografia. Precisava, entretanto, de alunos que participassem do curso e ajudassem a produzir o jornal. Após a divulgação, alguns jovens teriam demonstrado interesse, mas somente se recebessem algum tipo de bolsa ou pagamento pela participação. Ele queixava-se do desperdício da oportunidade de aprenderem o ofício de fotógrafo, além de prejudicarem a construção do jornal, o qual por sua vez seria muito proveitoso para a comunidade.

É importante destacar que nos depoimentos acima, ocorre uma valorização do “querer” dos jovens. A falta de participação nos projetos e atividades construtivas é justificada pela própria falta de vontade ou de interesse da juventude. Por mais que o contexto no qual essas vontades são construídas não seja nunca desprezado, ele parece assumir uma conotação passada, de forma que no presente, ou ao atingirem certa idade, os jovens se tornam responsáveis pelos interesses que possuem. A ênfase do discurso dos moradores está na própria escolha da juventude por um conjunto de atividades e trajetórias em detrimento de outras, que seriam as consideradas favoráveis. O jovem retratado por esses moradores é capaz de optar entre diferentes interesses e envolvimento, mas acaba sempre optando por não participar dos projetos educativos e das mobilizações comunitárias da forma esperada. A fala do morador: “Eles (os jovens) só querem se for pagar alguma coisa” revela a percepção de uma juventude que age de forma consciente e orientada para fins calculados, por mais que esses fins (o dinheiro e não os benefícios da educação em si) não sejam aprovados ou aceitos pelo coordenador do projeto.

Dessa forma, pode-se perceber que a perspectiva apresentada por esses moradores em relação aos jovens locais é ao mesmo tempo voluntarista e generalista. As escolhas e interesses são destacados, mas a juventude é referida como se fosse um grupo único e homogêneo. A existência de trajetórias individuais jovens diversas não é mencionada e o “não querer nada” é atribuído à faixa etária de forma geral. Dentro dessa reflexão, muitos moradores defendem o não investimento em projetos sociais para os jovens da região por acreditarem que eles não teriam adesão efetiva. Pelo contrário, alguns sugerem que se desenvolvam políticas públicas e atividades que atendam às crianças, as quais, nas palavras de várias pessoas “ainda dariam para salvar”. Esse raciocínio gera a ideia de uma “geração perdida” (MISSE, 2013) que seria formada justamente pelos jovens atuais, criados antes da instalação da UPP e durante o convívio ostensivo com organizações traficantes. Seus interesses, formados dentro dos princípios, valores e vantagens oferecidos pelo movimento criminoso não poderiam mais ser mudados.

Já ressaltai como a desocupação dos jovens é associada a uma perspectiva de envolvimento (ao menos eminente) com a organização do tráfico. Assim, a participação em “projetos” ou atividades educativas muitas vezes é vista como uma tentativa de sedução e inclusão em perspectivas de futuro lícitas. Por esse motivo, o fato de os depoimentos retratados nesta seção mencionarem que os jovens “não querem nada” ou que não seria mais possível “salvá-los” indica uma percepção de que eles não estariam dispostos a ser, de certa forma, protegidos dos atrativos e pressões exercidos pelo tráfico. Não teriam vontade de integrar iniciativas que ofereçam oportunidades educacionais ou profissionais para uma melhor inserção no mercado de trabalho formal. Revela-se aqui uma compreensão que não está focalizada nas limitações ou pressões exercidas pelo meio onde vivem, mas sim nas próprias escolhas e interesses dos jovens na forma como se relacionam com o meio. Assim, ao ressaltarem o querer da juventude, os moradores a responsabilizam por suas más escolhas, atribuindo a ela a autoria de suas trajetórias reprováveis.

Mais uma vez é importante destacar que não se trata, neste caso, de uma desconsideração por parte desses moradores das condições de vida onde os jovens são criados e que influenciariam ou até determinariam a construção

de seus interesses. O que quero ressaltar é como, nas visões desses moradores, os comportamentos da juventude local são explicados por referências às suas próprias vontades e escolhas.

Conclusão

A análise desenvolvida neste trabalho evidenciou como moradores do Complexo do Andaraí/Grajaú possuem perspectivas diferenciadas em relação à juventude local. Enquanto a maioria dos moradores com que conversei até hoje resalta as dificuldades enfrentadas pelos jovens, a falta de oportunidades, de cuidados familiares e principalmente os múltiplos atrativos oferecidos pelo envolvimento com o tráfico de drogas, outros moradores destacam a volição da juventude no não desenvolvimento de atividades consideradas construtivas como estudar, trabalhar e frequentar reuniões comunitárias. A primeira percepção, que pode ser compreendida como vitimizadora, e que é defendida também por intelectuais e por representantes do governo, anseia pelo desenvolvimento de “projetos” e atividades destinadas aos jovens da região, que possam oferecer a eles educação, oportunidades profissionais, diversão lícita e proteção. Espera-se que ao participarem dessas iniciativas, os jovens se mantenham afastados do crime. Que a sedução das atividades e das trajetórias aprováveis de alguma forma substitua a sedução exercida pelo tráfico. Se através dessa participação os jovens não alcançarem uma inclusão profissional formal, já existiria algum benefício em sua ocupação construtiva durante os vulneráveis anos da juventude. A segunda perspectiva por sua vez, segue o raciocínio de uma “geração perdida”, formada pelos jovens atuais, que cresceram ainda no período de ostentação dos símbolos e costumes da organização traficante. Para os que defendem essa opinião, o investimento em projetos para a juventude seria infrutífero, visto não ser possível conquistar seu interesse para atividades benéficas ou trajetórias biográficas totalmente desvincilhadas das práticas criminosas. Nessa reflexão, através da ênfase em suas vontades, é ressaltada a autoria dos jovens em seus envolvimento e

preferências.

Foi revelado, a partir de tudo isso, que a compreensão dos moradores sobre os fatores determinantes do comportamento reprovável dos jovens e também de seu envolvimento com o tráfico de drogas é constituída de diferentes percepções sobre um mesmo contexto de vida. Apesar disso, ambas as perspectivas tratam a juventude como um só grupo, não diferenciando aqueles que já possuíram vínculos ocasionais (ou até mais permanentes) com a criminalidade dos demais. Pode-se perceber assim, como a juventude enquanto faixa etária e momento psicossocial específico é diretamente associada ao desenvolvimento de atividades censuráveis, independentemente da forma como esse desenvolvimento é explicado.

No que diz respeito ao cenário do tráfico de drogas constituído na cidade, sabe-se que são jovens a maioria dos mortos, feridos e agredidos em episódios de violência, seja em confrontos com a polícia, disputas entre facções rivais, execuções por dívidas, entre outros conflitos. Na verdade, acredita-se que o número de mortes associadas ao tráfico representa uma parcela expressiva do índice geral de mortalidade na cidade (RAMOS e MUSUMECI, 2005). Isso porque a análise de dados relativos à criminalidade violenta possibilita a definição, nas palavras de Silvia Ramos (2009), da “idade da morte” da “cor da morte” e da “geografia da morte” no Rio de Janeiro. Tais definições indicam que a maioria dos homicídios são de homens negros jovens, habitantes das regiões mais empobrecidas da cidade, entre elas muitas comunidades favelizadas. Como essas mortes ocorrem majoritariamente através de armas de fogo, não é improvável que boa parte delas esteja relacionada ao movimento criminoso (RAMOS, 2011). A forma como tais conflitos violentos ocorrem indica que os mesmos indivíduos podem alternar-se nos papéis de vítima e de autores da violência. Em um episódio comum em muitas favelas da cidade, o das trocas de tiros entre grupos traficantes rivais ou com a polícia, todos os participantes podem ferir ou serem feridos, matar ou serem mortos, complicando ainda mais a distinção entre vítimas e “autores”.

Este trabalho demonstrou que o papel de vítimas ou “autores” atribuídos aos jovens favelados, neste caso por outros moradores de favelas, não diz respeito apenas aos episódios de violência relacionados ao contexto da

criminalidade. A juventude também é vitimizada e responsabilizada, respectivamente, pela sedução sofrida e pelos interesses demonstrados em relação aos atrativos do tráfico organizado. E também neste caso os limites entre ser vítima e ser autor não podem ser definidos com precisão, visto que nenhuma das perspectivas apresentadas ignora ou repudia os fatores (contingências ou volição) valorizados pela outra. Trata-se de uma divergência no foco da percepção. E não é fácil definir quais fatores motivam essas diferenças na maneira de compreender o contexto da juventude, embora elas pareçam ser orientadas por experiências específicas e particulares dos moradores com o tráfico ou com grupos jovens. Especialmente na perspectiva que ressalta as más escolhas e a falta de interesse, e que é, em minha opinião, defendida pela minoria, os históricos individuais de relacionamento com a juventude (seja através de familiares ou conhecidos no presente, ou através de memórias de suas próprias vidas) parecem influenciar muito suas opiniões. Líderes comunitários, por exemplo, tendem a ressaltar a falta de mobilização da juventude na busca por melhorias socioeconômicas nas favelas, assim como coordenadores de “projetos” se decepcionam com a falta de adesão às atividades que propõem.

O mais importante parece ser perceber que não apenas na visão de representantes do governo, intelectuais e moradores de outras áreas da cidade a juventude favelada é vitimizada e responsabilizada por seu envolvimento com atividades criminosas. Também na perspectiva de outros moradores de favelas, o grupo possui uma posição central nas reflexões sobre o tráfico, sua organização, atrativos, influências e conservação. A convivência diária com o movimento traficante, e principalmente com os jovens (parentes, amigos, vizinhos) participantes dele, não cega ou enviesada os moradores de forma que não consigam construir percepções divergentes, críticas e embasadas sobre o contexto.

Bibliografia

CARDOSO, Adalberto. Transições da Escola para o Trabalho no Brasil: Persistência da Desigualdade e Frustração de Expectativas. **Revista de Ciências Sociais**, v. 51, nº 3. Rio de Janeiro: 2008.

COELHO, Maria Claudia e DURAO, Susana. **Morais do Drama Urbano: violência policial, discurso midiático e produção de fábulas.** Trabalho apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador: 2011. Visitado em junho de 2013. Disponível em: www.xiconlab.eventos.dype.com.br

HENRIQUES, Ricardo e RAMOS, Silvia. UPPs Sociais: ações sociais para consolidar a pacificação. In: Urani, André e Giambiagi, Fabio. (Org.). **Rio: a hora da virada.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 242-254.

MISSE, Daniel. **A gestão social em áreas pacificadas na construção da conferência Rio +20 nas comunidades.** Trabalho apresentado no Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades. Niterói: 2012. Visitado em 15 de abril de 2013. Disponível em: www.aninter.com.br

_____. Políticas Sociais em Territórios Pacificados [Tese de doutoramento]. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Direito da UFF. Ano de obtenção: 2013.

NADDEO, André. **Após UPP da Rocinha, Beltrame diz que 'missão da pacificação é eterna'.** Terra [site na internet]. 20 de Setembro de 2012. Visitado em abril de 2013. Disponível em: www.noticias.terra.com.br

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: Almeida, Maria Isabel e Eugenio, Fernanda. **Culturas Jovens.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 105-120.

PICCOLO, Fernanda. Os jovens entre o morro e a rua: reflexões a partir do baile funk. In: Velho, Gilberto (Org.). **Rio de Janeiro: cultura, política e conflito.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 30-58.

_____. Desigualdades sociais, práticas educativas e juventude numa favela carioca. In: Velho, Gilberto e Duarte, Luiz Fernando (Org.). **Juventude Contemporânea.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, p.110-128.

QUIROGA, Consuelo. O (não-) trabalho: identidade juvenil construída pelo

avesso? **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**, nº. 7. Rio de Janeiro: 2002.

RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAMOS, Silvia. Brazilian responses to violence and new forms of mediation: the case of the Grupo Cultural AfroReggae and the experience of the project "Youth and the Police". **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 11, n. 2. Rio de Janeiro: 2006.

_____. Meninos do Rio: violência armada e polícia nas favelas cariocas. **Boletim do Cesec**, nº. 13, ano 08. Rio de Janeiro: 2009.

_____. Trajetórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas. **Revista Eletrônica Trivium** [periódico na internet]. 2011. Visitado em 05 de junho de 2013. Disponível em: www.uva.br

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 41.650 , de 21 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a criação das Unidades de Polícia Pacificadora- UPP e dá outras providências.

_____. Decreto nº 42.787 de 06 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

SENTO-SÉ, João Trajano e COELHO, Maria Claudia. **Sobre Errâncias, Imprecisões e Ambivalências: notas sobre as trajetórias de jovens cariocas e sua relação com o mundo do crime**". Relatório de pesquisa (inédito). Rio de Janeiro: 2011.

Unidade de Polícia Pacificadora [site na internet]. Visitado em 18 de agosto de 2013. Disponível em: www.upprj.com